

ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas presentes neste início de tarde, público que nos acompanha aqui no auditório e pela TVAL. Vejo aqui o amigo José Carlos, da TV Brasil Esperança. Seja bem-vindo.

Sr. presidente, quero exatamente me referir a sua pessoa e agradecer pelo convite para fazer parte da comissão de Proposta de Reforma Política deste Parlamento ao Parlamento nacional. A

proposta calhou muito bem porque exatamente, nesta manhã, o presidente do Senado, sr. Renan Calheiros, anotou e ratificou que na primeira semana de março iniciam-se as discussões e debates lá no Senado sobre a reforma administrativa.

Eu sei que ontem houve aqui um debate e eu estava em audiência na Casa Civil e não pude participar. E eu gostaria de levantar algumas considerações sobre a questão da reforma política pensada, no país. Há, hoje, cerca de dez proposições, e o deputado Fernando Coruja acompanhou mais de perto, no Parlamento Federal. Entendo que algumas coisas são pacíficas; outras, polêmicas, como o voto facultativo e a questão da coincidência das eleições majoritárias proporcionais. Há algumas dúvidas em relação ao financiamento público. E tenho minha posição pessoal.

Deputado Dalmo Claro, seja bem-vindo a esta Casa, não tive a oportunidade de saudá-lo.

Eu entendo que há coisas mais interessantes para o governo investir, como saúde e educação, e é claro, fazendo as limitações necessárias aos investimentos de iniciativa privada. Mas há outras questões básicas como cláusula de barreira e a questão da proibição das coligações da proporcional. Cada partido realmente precisa se fortalecer, há impedimento de reeleição para os cargos no Executivo, o voto distrital. O deputado Fernando Coruja colocava aqui ontem que é favorável a essas questões.

Eu sou favorável, vírgula, tenho a ideia do voto distrital Alemão, não o Americano, em que a eleição, deputado Gean Loureiro, é feita 50% pelo distrito e 50% estadualizado, regionalizado, até porque há temas que são temas que dizem respeito a todo o estado, como por exemplo, deputado Cesar Valduga, eu que defendo o tema da drogadição, e é um debate que se faz em todo o estado de Santa Catarina.

Outro debate que penso que é um tanto quanto esdrúxulo, mas, que está também em voga, é o tal do distritão. E para que o nosso público entenda, os 40 deputados mais votados em Santa Catarina

estariam aqui, nesta Casa, hoje. Essa é a proposta do distritão que também tramita na câmara federal.

Tem a perspectiva de justiça do ponto de vista pessoal, e posso falar isso de carteirinha, porque tive a oportunidade de ser o deputado mais votado nesta Casa e não me eleger. Mas tem a questão do fortalecimento dos partidos que enfraqueceria.

Mas o que mais me preocupa talvez nessa questão toda da discussão da reforma política, e já levantei este debate em outras ocasiões, o que me incomoda nessa proposta, deputado Padre Pedro Baldissera, eu não sei a sua posição, eu conheço a posição do PT, mas nem sempre converge com a sua posição, é o tal do voto em lista fechada. E isto eu tenho colocado de forma muito contundente, frontal, eu acho um absoluto absurdo a proposta do voto em lista fechada. Por quê? Por uma razão muito simples. Nós temos partidos ainda extremamente débeis, frágeis, e me preocupa muito, deputado Padre Pedro Baldissera, por exemplo, nos pequenos municípios, como o município de Guaraciaba, no oeste, onde v.exa. foi prefeito, que deve ter hoje em torno de dez mil habitantes, quando, por exemplo, um cidadão quer ser vereador, mas não tem conhecimento na cidade, não tem voto, mas hipoteticamente falando, isso não é verdade, apenas em tese, pois o cidadão pode ter recursos e chegar a Guaraciaba e dizer para o presidente do meu partido: Eu quero ser vereador aqui, não tenho conhecimento, mas coloca o meu nome como o primeiro da lista. Estou colocando R\$ 500 mil para financiar a campanha dos demais vereadores.

Meus amigos! Mas vai virar um balcão de negócio! A tal proposta do voto em lista fechada é a preocupação que eu tenho do ponto de vista ético e prático no que diz respeito a uma possível reforma política neste país.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Agradeço o aparte, deputado Ismael dos Santos, mas uma das maiores preocupações para não simplificar, é realmente o fortalecimento dos partidos políticos,

pois em nenhum lugar do mundo se faz reforma sem partido político forte. Tem coisas que precisam ser debatidas dentro de um partido que toma posição, que vota e faz reformas. Como exemplo temos agora o governo federal que quer fazer uma mudança, propôs um pacote econômico, mas tem inúmeras dificuldades, porque não tem partido, não tem base de sustentação, e não pode nem implantar aquilo que quer.

Então, eu fico satisfeito em saber realmente que v.exa. caminha nessa direção. É claro, o que fortalece os partidos políticos são algumas coisas. Talvez não dê para esperar que os partidos se fortaleçam para se fazer mudança, nós queremos mudanças para ter partidos políticos fortes. Uma delas seria o voto distrital que fortalece, porque o voto distrital diminui os partidos políticos pela força do voto majoritário, pode ser o modelo alemão. As listas também fortalecem, evidentemente com os efeitos colaterais que v.exa. levanta.

Então, temos que achar alternativas e v.exa. tem razão nas críticas que faz, e com a preocupação com os efeitos colaterais da mudança. Temos que ter preocupação como é que vamos fortalecer os partidos políticos, não podemos primeiro esperar eles se fortalecerem para fazer as mudanças, temos que fazer as mudanças para fortalecer.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado Fernando Coruja.

De fato, a preocupação é esta. Em um país em que ainda caciques dominam partidos, ficaria muito frágil essa proposta de indicação, deputado Mário Marcondes, em que o dono do partido vai fazer a indicação de quem lhe interessa, dos amigos do poder, e pessoas com mais votos ficarão para trás, em detrimento de quem de fato tem o contato com o povo, fala a linguagem do povo e tem o respaldo popular. São preocupações que nós precisamos, com certeza, enriquecer.

Concluo esta minha rápida intervenção preocupado, deputada Dirce Heiderscheidt, como todos nós, com o nosso país, com a nossa cidade, com a questão de um sentimento pessimista, com o

cenário político, com o cenário social, com o cenário econômico, com o nosso Produto Interno Bruto em visível queda. Eu acho que além do PIB, os brasileiros enfrentam outro PIB que chamaria o produto da infelicidade bruta. E este nós precisamos vencer juntos com estabilidade econômica, com determinação, com fé, é verdade, mas também com uma gestão resolutiva por parte dos nossos governantes.

Era isto que eu queria dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero, inicialmente, saudar o deputado Dalmo Claro, que ontem assumiu aqui a cadeira da Assembleia Legislativa, pois não tive a oportunidade de saudá-lo publicamente. Por isso faço agora, juntamente com o deputado Carlos Fernando Coruja, que aqui está também acompanhando e participando da sessão, que foram os últimos secretários de estado, e com o deputado Dado Cherem, que agora são deputados.

Sei do empenho, do esforço que foi feito na ocasião e que cada um deu a sua importante participação, no sentido de melhorar de fato a saúde pública de Santa Catarina, a questão preventiva, a parte da cura que também é importante. Apesar do empenho, sei das dificuldades que enfrentaram e quanto não conseguiram realizar.

Eu sempre colocava aqui que em Santa Catarina, em outros estados, há 26 gestões da saúde. Uma gestão é do secretário da Saúde. Há mais 25 gestões que são as chamadas gestões plenas e que estão intimamente ligadas com o Ministério, geram certa independência da gestão plena, mas, ao mesmo tempo, há uma reveria, digamos, por parte da secretaria estadual da Saúde.

Quer dizer, hoje o sistema SUS está montado de uma maneira que não é o secretário estadual da Saúde nem mesmo o governador do estado que mandam efetivamente no dinheiro da saúde que aporta em Santa Catarina.

Ou seja, estamos demasiadamente ligados ao Ministério e o problema que precisa ser resolvido aqui era melhor se tivéssemos independência. Ou seja, era muito melhor se o estado tivesse aquele dinheiro do SUS, de fato, para o secretário da Saúde administrar, para o governo do estado administrar isso, mas infelizmente não é assim que acontece, e certamente o grande desafio é o que fazer para resolver a questão da saúde. Podemos contar com a experiência do dr. Dalmo Claro, do dr. Fernando Coruja e de tanta gente que já passou na secretaria de Saúde para dar algumas sugestões, de fato, no sentido de melhorar um pouco o contentamento que a nossa gente tem do ponto de vista relativo à saúde.

Entre todas as reclamações, 60% referem-se à saúde e é a maior, sem dúvida. A educação ainda é a segunda ou a terceira reclamação, juntamente com a segurança pública, com 25%, mas a educação está com 30%. Assim, a saúde é a maior queixa. Certamente as pessoas que estão na fila da saúde, esperando para serem resolvidas, é bom enfatizar, são atendidas no posto de saúde, todas.

Não existe município que não tenha posto de saúde efetivamente razoável e atenda os pacientes. Todos os pacientes com alguma queixa têm acesso ao atendimento e, na frente do doutor, contam a sua queixa, mas a questão é dali para frente, ou seja, há pessoas que têm uma doença que o doutor do posto resolve e há outros que têm uma doença autolimitada, que se cura sozinha, tudo bem.

Agora, 20% e 30%, talvez um pouco menos, referem-se a outras doenças, quando há necessidade de continuar o tratamento por meio de uma especialidade, seja na área de cirurgia, oftalmologia, digamos, numa cirurgia de cataratas, e aí vai formando filas enormes. Quer dizer, se pudéssemos colocar essas pessoas numa fila de verdade, porque hoje existe uma fila virtual, ou

seja, as pessoas se inscrevem e ficam na relação para ser chamadas, seguramente nós atravessaríamos o estado de Santa Catarina.

Por isso, sei do esforço do governo de Santa Catarina, do mutirão que foi criado no tempo do dr. Dalmo Claro, que significa um esforço e a participação do governo do estado para complementar os pagamentos aviltantes do SUS para fazer um procedimento, porque todos os secretários de Saúde de Santa Catarina e do Brasil entendiam sempre que tanto a prefeitura quanto o governo não podiam pagar mais alguma coisa referente a um procedimento que estava sendo pago pela AIH, Autorização de Internação Hospitalar, pagamento esse que é feito pelo governo federal por meio do ministério da Saúde, que dizer, o estado, o governador Raimundo Colombo encontrou um jeito de quebrar essa barreira de entendimento dizendo que iria complementar.

Isso em resumo é a questão dos mutirões quando acontece um grande número de procedimentos nos hospitais, graças a essa forma de pagar a complementação da AIH por meio dos mutirões.

Então, dr. Dalmo Claro, seguramente v.exa. poderá dar mais algumas participações muito importantes com relação à saúde de Santa Catarina que todos nós queremos ver melhorada.

Eu queria fazer uma saudação à delegação de Brusque que aqui está sob a batuta do ex-presidente da Câmara de Vereadores de Brusque, o professor Guilherme Marchewsky, juntamente com o suplente de deputado, Danilo Rezini, também Márcio Rosa, Marciano Giralardi, enfim, uma delegação que veio a esta Casa acompanhar os nossos trabalhos, mas também trazer aqui as reivindicações de Brusque, que é uma cidade com mais de 130 mil habitantes e que tem dado uma participação muito grande à economia do estado e que merece, sim, receber um volume maior de recursos para investimento.

O governo do estado já iniciou a duplicação da SC-486, precisa ganhar velocidade, mas esperamos que nesses quatro anos aconteça. E dentro da cidade de Brusque, como nas demais cidades de

Santa Catarina, há um problema muito grave relativo à mobilidade urbana.

Hoje é possível sair de forma relativamente fácil de Brusque em direção a Gaspar, em direção a Botuverá, a Itajaí com dificuldade, ao vale do rio Tijucas é com muita dificuldade, e merece receber investimentos pelo menos em três pontos importantes, ou seja, na saída para Itajaí, Gaspar, e a saída para o vale do rio Tijucas.

O prefeito de lá apresentou um projeto de lei para fazer uma ponte, um anel viário, um anel que acho importante, mas o anel viário que está apresentado teria que ser pago pelo governo do estado e não pela prefeitura de Brusque, até porque, interliga o município de Itajaí com Gaspar e Ilhota, e passa tangencialmente pelo município de Brusque.

Um empréstimo daquele, feito pelo Banco Mundial, de R\$ 100 milhões, a um juro baratinho de 12% ao ano, quer dizer, ano por ano a prefeitura de Brusque vai ter de sacar R\$ 12 milhões ou R\$ 13 milhões para poder pagar aquela dívida. Não vai tirar da Educação, não vai tirar da Segurança porque já tem pouco, não vai tirar de obras porque já são poucas, vai tirar de onde? Da Saúde, que é o lugar onde vai acabar tendo que cortar para atender uma dívida, um projeto que pode até ser importante, mas que tem que ter outra origem para o recurso.

Senhor presidente, para concluir, gostaria de saudar, em nome do ex-presidente da Câmara, vereador Guilherme Marchewsky, todos os vereadores que estão tendo este entendimento, estão fazendo essa análise, estão participando dessa situação com a comunidade de Brusque, com a população de Brusque. Quer dizer, eles, aprovando ou não, terão que ter a legitimidade, mais uma vez, recebida por parte da população, que está discutindo esta questão do projeto.

É um projeto importante, mas, como nas nossas casas, tem que analisar se aquele dinheiro emprestado não vai fazer uma falta danada, depois, para alguns serviços essenciais.

Os meus parabéns a todos os vereadores de Brusque, que têm analisado isso dando muita importância a esse projeto.

Muito obrigado! Um grande abraço.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, senhores deputados, sras. deputadas, todos que nos assistem.

Venho à tribuna, nesta tarde, para trazer um tema de importância muitas vezes esquecido pela sociedade, mas que tem um impacto muito grande em toda sociedade, deputado Dalmo Claro. V.Exa., que foi secretário de estado da Saúde, sabe que se formos discutir a questão da Saúde aqui, não é num dia que isso termina, e muitas vezes não tem fim, porque as demandas são incessantes.

Entretanto cabe também à Saúde Pública e às Políticas Públicas na Saúde Pública o cuidado do cuidado do bem estar animal.

Uma política pública que se inicia de maneira muito tímida.

Como deputado federal, fui o coordenador para a região sul da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais. Esse é um problema latente da nossa sociedade. E poderíamos ouvir assim: "Com tantos problemas na área da saúde das pessoas, estás preocupado com a saúde dos animais?" Acho que uma política pública não elimina outra, começa por aí. Em segundo lugar, hoje é comprovado que 75% das enfermidades emergentes humanas são de origem animal. Há pessoas que não se preocupam com a proteção, o bem estar dos animais domésticos ou silvestres, mas, se não tratarmos e cuidarmos desse problema, toda a população vai sofrer com as consequências relativas à saúde de toda a sociedade.

Nesse sentido venho trazer o debate a esta Casa porque essa política ainda é muito tímida. Já iniciou em alguns municípios. Em Florianópolis começou em 2015, com a diretoria do Bem Estar

Animal, que definiu uma política de esterilização dos animais de rua, permitindo uma ação preventiva para o controle populacional de animais de rua, que até então não existia. Isso avançou em Jonville, em Blumenau, mas nos outros municípios não existe nenhuma política pública para castração, controle populacional, adoção ou controle das doenças que são fruto das doenças dos cachorros de rua que não têm nenhum tipo de atendimento.

Neste sentido a nossa proposta vai ao encontro de poder discutir essa questão. Esta Casa tem que assumir a bandeira de que vamos viabilizar, seja com recursos do governo federal, estadual, chamando a secretaria de estado da Saúde, que tenhamos nas principais cidades das regiões polos de Santa Catarina a implantação dos centros de controle de zoonoses regionalizados.

Em Florianópolis são realizadas 500 cirurgias de castração por mês. Até 2010, os sites da prefeitura colocam, 22 mil animais foram esterilizados. Se não tivesse sido iniciado esse programa, o que seria da nossa cidade? Os dados colocam que cada mil fêmeas castradas têm em média duas criações por ano com seis descendentes, então, provavelmente, a progressão geométrica levaria ao aumento de mil animais para 30 mil animais. E esses 30 mil animais produzem seis toneladas de dejetos por dia, sendo que grande parte disso é despejado nos espaços públicos, porque não se tem controle.

Então, quando temos esses números de maneira clara, começamos a observar a importância desse trabalho e de uma política pública que possa realizá-lo. Lembro-me da Acapra - Associação Catarinense de Proteção aos Animais -, em que a dona Eliete Leal dedicava-se a esse trabalho sozinha. Ela ia de kombi às comunidades simples para esterilizar os animais, e as pessoas nem acreditavam.

Ao invés de termos aquela política de bota a carrocinha, prende o animal e mata, hoje chamamos a carrocinha do bem, aquela que pega, busca, esteriliza, orienta, para que esse animal possa

viver em condições de não prejudicar a saúde e de protegê-lo também. Os animais silvestres têm uma política pública também, como falei, como o centro de triagem de animais silvestres tem a sua atuação. Agora, sobre os animais domésticos de rua é preciso avançar.

A minha proposta, deputada Ana Paula Lima, é poder requerer à comissão, para que possamos ter um debate muito franco, buscando alternativas, chamando todos à responsabilidade, chamando as entidades não governamentais, os voluntários, que são centenas ou milhares. Esse é o tema mais debatido, deputado Valmir Comin, nas mídias sociais, hoje. Nós temos milhares de defensores que, muitas vezes, estão carentes de ouvir as autoridades públicas vestirem também essa camisa, mesmo sabendo que temos outros problemas.

Então, trago esse tema para aprofundarmos, debatermos e sabermos a necessidade de ter programas de adoção de animais cada vez estimulando mais a não comprar na feirinha que vende o animal para dar lucro, mas, sim, aquela adoção responsável, preparada, daqueles que tiraram da rua, que criaram para poder ter uma consciência de proteção animal.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. vai presidir a comissão de Turismo e Meio Ambiente e nos, por iniciativa da minha bancada, do Partido dos Trabalhadores, vou presidir a comissão de Saúde e poderemos fazer um grande debate.

Graças a Deus temos um deputado preocupado com essa causa, que é uma causa que tem mobilizado milhares e milhões de pessoas que é a questão da proteção animal. Também é uma questão de saúde pública, porque temos vivenciado em vários municípios, cito a minha cidade, a sua cidade e outros municípios, que vêm a este Parlamento para dar sugestões e contribuições para sanar esse problema, juntamente, com as ONGs e também com o Conselho de Veterinária que, às vezes, também impede o atendimento das pessoas que querem fazer

esse procedimento do controle populacional, que é a esterilização de cães e de gatos. E esta Casa, por iniciativa do nosso mandato, aprovou uma lei aqui, já sancionada pelo governador do estado, de controle populacional de cães e gatos no estado de Santa Catarina, em parceria com os municípios e com a iniciativa privada. Por isso precisamos a regulamentação dessa lei.

Então, tenho certeza, juntamente com os senhores e demais parlamentares que se somam à luta da causa animal, que poderemos fazer um bom debate com a sociedade e exigir do governo do estado a regulamentação dessa lei, porque existem municípios muito pequenos, que não possuem condições de arcar com essas despesas. Tenho certeza de que o poder público e a iniciativa privada poderão fazer essa parceria, pois em algumas cidades tem dado certo.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Cumprimento v.exa. e fico muito satisfeito que tenhamos essa legislação aprovada. Sabemos que da legislação estar aprovada e ser colocada em prática é preciso, muitas vezes, pressão dos parlamentares para que aquilo que foi decidido pelos legitimados pelo povo, possa ter efetividade no Poder Executivo. O nosso papel aqui é unir forças. Vou até buscar, deputada Ana Paula Lima, aperfeiçoar o requerimento para que ele possa ser direcionado para buscar também a discussão do regulamento da legislação estadual, já aprovada, que é um tema que vai ser recorrente nesta tribuna, srs. deputados. Não podemos nos omitir. Hoje nenhuma comunidade carente tem recurso para fazer o tratamento do seu animal. Os animais de rua estão por aí, são em grande número, transmitindo doenças, sem nenhum tipo de política de proteção. Acredito que a nossa atuação possa ser mais um investimento em políticas públicas, de saúde pública e de garantia de preservação e proteção também dos nossos animais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estamos ocupando a tribuna neste início de sessões ordinárias da nova legislatura e reafirmando os nossos compromissos em relação às ações que vamos desenvolver e as nossas prioridades.

E dentre elas um assunto que tenho movimentado sempre, relacionado aos temas da saúde.

Queria usar esse pronunciamento exatamente para aproveitar e dizer que protocolamos nesta semana uma nova preposição em que estamos solicitando ao governo do estado e ao secretário de Saúde a criação de um programa especial direcionado aos celíacos.

Devemos destacar que os portadores da doença celíaca necessitam de uma dieta especial de alimentos, que além de muito caros nem sempre são encontrados no comércio. Hoje podemos perceber que há um número cada vez maior de portadores dessa doença buscando atendimento na rede de assistência básica à saúde de Santa Catarina.

Portanto, estamos propondo que o estado crie um programa especial, e sei que já tem preocupações nesse sentido, mas de forma muito especial, a atender essas pessoas. Como eu já disse, o alimento especial, os medicamentos, que além de caros, nem sempre encontram. Nós temos recebido com frequência em nosso gabinete demandas de pessoas que nos procuram pelo estado afora.

Queria, inclusive, apenas para o público que nos acompanha pela TVAL, para aqueles que não compreendem tanto talvez sobre essa questão específica, que a doença celíaca vem a ser uma desordem sistêmica autoimune desencadeada pela ingestão do glúten que se caracteriza pela inflamação crônica da mucosa do intestino delgado, que pode resultar na atrofia das velocidades intestinais, enfim, basicamente a questão do

glúten que é uma proteína que está presente em alimentos como o trigo, a aveia, o centeio, a cevada e o malte.

É pensando nesse conjunto de pessoas que estamos propondo essa indicação para que se possamos ter algum programa especial em Santa Catarina. Infelizmente, é uma doença desconhecida pela maioria da população, mas que segundo levantamentos divulgados em 2011 e 2012, indicou que ela já provoca um número bastante considerável, inclusive de mortes em crianças pelo mundo afora.

Então, esperamos que essa proposição possa ganhar eco e que possamos ter um programa especial voltado então aqui para os celíacos em Santa Catarina.

E para finalizar, sr. presidente, já que o nosso tempo é breve, queria dizer que fizemos em nome da liderança da bancada do PT, a indicação também dos nomes para compor as diversas comissões aqui desta Casa. Portanto, estão devidamente indicados os nomes. Nós também estamos exercendo a liderança, mas também estamos encerrando o nosso mandato na liderança. Vamos participar de diversas comissões, dentre elas, pelas nossas composições aqui a Presidência da comissão de Pesca e Aquicultura, e será um tema que vamos desenvolver aqui por diversas ocasiões nesta Assembleia Legislativa. Com certeza, teremos muitos debates, encaminhamentos a serem propostos no âmbito da referida comissão e das demais comissões que teremos também a participação aqui juntamente com os demais deputados desta Assembleia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de aproveitar e fazer o registro de alguns amigos que visitam esta Casa de Leis. O sr. vereador Tadeu e a esposa Gislaine, da cidade de

Araranguá; e o pastor Miguel e a esposa Maria dos Anjos.

Sejam bem-vindos a esta de Casa de Leis. É um prazer tê-los aqui recebendo-os na capital dos catarinenses.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Rodrigo Minotto, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. e srs. deputados.

É um prazer poder voltar à tribuna. Inicialmente quero cumprimentar o presidente da câmara de vereadores do município de Criciúma, que está presente, o sr. Ricardo Fabris, do PDT.

Quero cumprimentar também os jornalistas Adelor Lessa e Carina Manarim, de Criciúma, que se encontram presentes.

Quero dar um testemunho e, de certa forma, fazer um agradecimento ao secretário de Saúde do estado de Santa Catarina, João Paulo Kleinübing, pela sua presteza, pela sua dedicação e pela sua sensibilidade que tem dado ao sul do estado.

Recentemente tivemos uma audiência marcada a nosso pedido demonstrando aqui a unidade dos deputados do sul, e com essa união e com esse fortalecimento iremos levar os benefícios que a nossa população do sul precisa.

O secretário estará em Criciúma na próxima sexta-feira participando de um ato com todos os srs. deputados para fazer uma nova contratualização do Convênio com o Hospital São José de Criciúma.

Parabéns ao secretário pela sua iniciativa, pela sua presteza e pela sua dedicação.

Sr. presidente, mais uma vez é uma alegria voltar a esta tribuna. É uma alegria voltar porque foi um sonho que foi *perquirido* ao longo de 21 anos dentro de um partido político, o PDT, meu único partido, desde 1993.

Recordo quando na minha cidade de Forquilha fui convidado pelo então prefeito

Vanderlei Ric a ser um novo militante e filiado ao PDT. E dali por diante surgiu uma expectativa de realmente ter uma atividade política e representar o nosso estado de Santa Catarina.

Tive a felicidade ainda jovem, em 2006, de ser candidato a deputado federal somando sete mil votos, sem nenhuma perspectiva eleitoral, mas nos apresentando para a sociedade catarinense com um novo jeito de fazer política. O sonho persiste. Chegamos em 2010, numa candidatura de deputado estadual da qual tive o prazer de receber 11.472 votos ficando na 4º Suplência do nosso partido, o PDT. Mas o sonho ainda continuou e o sonho tornou-se realidade em 2014, quando tivemos uma expressiva votação por todo estado de Santa Catarina. Foram 277 municípios que contribuíram com a nossa eleição e 26.929 votos junto com o nosso colega deputado Cesar Valduga. Participamos de uma aliança que elegeu os dois deputados estaduais.

Aqui o meu sentimento é realmente de gratidão por todos aqueles que acreditaram em nós.

Eu tenho certeza, deputado Valmir Comin, que preside esta sessão, que com a união que poderemos e com certeza iremos fazer o sul de Santa Catarina com suas reivindicações chegará, com certeza, num resultado positivo.

Deputado José Milton Scheffer, que é do sul do estado, do vale do Araranguá, estará conosco nesta batalha.

Eu trago aqui dois assuntos importantes da nossa cidade de Forquilha, que é uma luta de todos aqueles que acreditam no desenvolvimento da nossa cidade e região, que é a pavimentação da rodovia Jacob West, para a qual o deputado Valmir Comin muito se empenhou para que isso se tornasse realidade.

Esperamos, deputados, que no novo mandato do governador Raimundo Colombo possamos concluir realmente a pavimentação da rodovia Jacob West.

Além do mais, temos a necessidade premente e necessária de fazer logo a revitalização da rodovia Jorge Lacerda, uma rodovia que liga o

município de Criciúma a BR-101, por onde passa por dia milhares e milhares de veículos.

Uma rodovia que realmente precisa de uma revitalização para que nós não nos reportemos dos acidentes que, com certeza, virão. A rodovia precisa realmente de um tratamento adequado. O desvio entre a rodovia e o acostamento é acentuado e qualquer condutor de veículo que, porventura, possa ter um descuido e sair do eixo da rodovia terá dificuldade em manter o controle do seu veículo.

Então, espero que com a união dos nossos amigos, colegas, deputados do sul, cito os deputados Cleiton Salvaro, Luiz Fernando Vampiro, Valmir Comin, Ricardo Guidi, José Milton Scheffer, Manoel Mota, Rodrigo Minotto e José Nei Ascari. Que estejamos todos juntos nesse mesmo ideal e objetivo e que com certeza a nossa união e a nossa força trará realmente os benefícios que as pessoas precisam, que a sociedade precisa e que o sul do estado precisa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Gabriel Ribeiro, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc, é um grande prazer estar estreando nesta tribuna, este jovem deputado no primeiro mandato, com apenas 35 anos de idade, representando uma nova geração de jovens que adentram na política para procurar representar o povo catarinense e mostrar que essa geração realmente está preocupada com o destino e o futuro do nosso estado, dos nossos municípios e país.

Representamos a região serrana que tem uma história política muito bonita em Santa Catarina, que já nos deu oito governadores de estado, mas que nos últimos dois anos neste Parlamento não

estava representada por nenhum parlamentar. E agora, junto com o deputado Fernando Coruja, estamos nesta Casa de Leis para representar o povo catarinense e ser a voz e a vez do povo serrano.

E sendo a voz e a vez do povo serrano nós trazemos nesta primeira à manifestação, deputado Maurício Eskudlark, um tema que nos foi apresentado na última semana, de muita relevância, que causou preocupação para a população de Santa Catarina, ao movimento turístico de nosso estado, ao Ecoturismo, à serra catarinense, aos municípios e às pessoas que trabalham e sobrevivem dessa importante atividade que é o turismo no nosso estado.

O ICMBio, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, no último dia 6 de janeiro de 2015, expediu uma Nota Técnica nº 6, que em suma diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Aos condutores e visitantes do Parque Nacional de São Joaquim.

Assunto: Suspensão temporária da visitação no Parque Nacional de São Joaquim.

1º - Vimos informar da suspensão temporária das atividades de visitação no Parque Nacional de São Joaquim, baseado em Memorando n. 4/2015-Diman-ICBio, com o devido de acordo do presidente do ICBio, sr. Roberto Ricardo Vizentin.

2º - A referida suspensão, prevista no art. 42, da Portaria n. 85 de 25 de julho de 2012, abrange atividades realizadas por condutores autorizados ou por visitantes que estejam realizando atividade de maneira autônoma.

3º - A suspensão da atividade de visitação no PNSJ ocorre a fim de mitigar danos que essa atividade vem causando e para que a administração do Parque Nacional possa ter maior gerência sobre a questão.

4º - Desta maneira, durante o período de suspensão os senhores condutores estão expressamente proibidos de realizar atividade de visitação, condução de visitantes no Parque Nacional de São Joaquim, devendo ter ciência que a

carteira de condutor não possui nenhuma validade durante a vigência da proibição.

5° - Neste cenário não serão autorizadas atividades previstas no art. 2° da Portaria n. 85: contemplação, Caminhada, Ciclismo, Cavalgada, Voo Livre, outras atividades de visitação.

6° - Informamos que o acesso ao morro da igreja será mantido, de acordo com normas estabelecidas pela gestão do PNSJ.

Desde já agradecemos a compreensão.

Atenciosamente

Paulo Santi Cardoso da Silva

Chefe da Parna de São Joaquim."

Srs. deputados, deputado Fernando Coruja, que representa a serra catarinense, nós estamos aqui diante de um ato unilateral, praticado por uma autoridade federal, que vem causando prejuízos de relevante monta para a região serrana.

Nós temos no parque de São Joaquim, que foi criado em 1961, uma história de serviços prestados à região serrana, seja na agricultura, seja no ecossistema utilizado para estudos, seja para o turismo que se vem destacando na região serrana.

E não podemos permitir que uma decisão vinda de cima para baixo, uma decisão técnica de Brasília baseada na ausência de um plano de manejo que é de competência, sim, do ministério do Meio Ambiente, possa, hoje, cercear o direito de ir e vir do cidadão, do turista e do profissional que hoje se utiliza desse parque para poder ter o seu sustento e da sua família.

Há inúmeras pousadas na região. São cinco municípios, deputado Valmir Comin, inclusive municípios da região sul, que se utilizam do Parque Nacional de São Joaquim, para poder fazer e usufruir dessa economia. Os municípios de Orleans, Bom Jardim da Serra, Grão Pará, Urubici e São Joaquim usam de todos os recursos de maneira ecologicamente sustentável, para poder usufruir e melhorar a economia tão importante da região, que é a região serrana de Santa Catarina.

Diante desses fatos, da gravidade do que eles representam para a nossa região e para Santa Catarina, é que estamos apresentando uma moção de

contrariedade ao presidente do ICMBio, nosso querido catarinense também Roberto Ricardo Vicentin, para que ele reveja essa decisão arbitrária, unilateral e possa permitir que os visitantes, os turistas e os profissionais ligados ao turismo da região possam praticar os seus negócios no Parque Nacional de São Joaquim.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Deputado Gabriel, companheiro da serra catarinense de Lages, filho do meu grande amigo Décio Ribeiro, que foi também deputado estadual aqui na Assembleia Legislativa, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pela preocupação.

Eu também tive a oportunidade de receber uma delegação de Urubici e esta é uma questão importante para a serra catarinense. E v.exa. coloca bem. Todos nós temos preocupação com a questão ambiental, e temos que ter. É preciso que haja legislações fortes, firmes na questão ambiental. Agora, não é possível que, pela incompetência federal de proceder, haja uma penalização para a economia e para os municípios da região serrana.

Urubici e São Joaquim são municípios de destaque na questão de turismo em Santa Catarina, na serra catarinense que estão se desenvolvendo, avançando. Este parque é essencial para o turismo, a visitação, principalmente o de Urubici. É preciso que o governo federal ache mecanismos para contornar os problemas, mas não simplesmente mandar fechar o parque. É aquela história: não adianta só tirar o sofá da sala, é preciso resolver os problemas de verdade.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Obrigado, deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Concedo um aparte ao deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria parabenizar também o deputado Gabriel Ribeiro pela abordagem deste tema. Recebemos *e-mails*, acho que todos os deputados também.

É uma preocupação, principalmente pela falta de diálogo desses órgãos federais. Há pouco tivemos também problema em relação ao meio ambiente na questão da pesca, quando no próprio rio Itajaí os pescadores não permitiram que um transatlântico saísse ante à gravidade de uma portaria em nível nacional trazendo prejuízo para a pesca de Santa Catarina. Esse trabalho deve ser feito por meio do diálogo, do debate com as partes envolvidas para analisar tudo aquilo que possa trazer prejuízo.

Então, parabenizo v.exa e estou junto para assinar e aprovar essa sua moção.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Concedo um aparte ao sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Quero cumprimentá-lo por trazer essa decisão do ICMBio, que está na contramão da vontade de todos os parques cadastrados no Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC -, enquanto que o governo do estado é responsável pelas dez unidades de conservação e está abrindo para a população, transformando num espaço de referência turística de preservação ambiental, espaço de pesquisa científica, porque é o local mais apropriado.

Aquele espaço permite conhecer o meio ambiente, e só preserva quem conhece aquela região tão carente de espaço turístico, um dos maiores potenciais da natureza que está à disposição, deputada Dirce Heiderscheidt, e há recursos de compensação ambiental para serem investidos naquela unidade.

Não há uma política de regularização fundiária porque se cria um parque nacional em cima de áreas privadas, e as pessoas ficam aguardando o seu

ressarcimento, que não acontece. Por isso, não tem nenhum tipo de investimento.

Então, o debate que v.exa. traz é de grande importância. Temos que ter os exemplos positivos. E volto a frisar que temos como exemplos o parque da Serra do Tabuleiro, o Parque Estadual do Rio Vermelho, o Parque Estadual Fritz Plaumann, em Concórdia; que demonstram que é possível, sim, abrir à população, ter um potencial turístico e realizar muito mais com essas áreas de unidade de conservação, e que podemos ter sucesso, lutar politicamente para mudar e ter uma nova realidade no Parque Nacional.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Obrigado, deputados Gean Loureiro, Fernando Coruja e Maurício Eskudlark, pelas manifestações.

O Deputado Gean Loureiro presidirá a comissão de Turismo e Meio Ambiente e este deputado fará parte também como membro dessa comissão, deputado Gean Loureiro, e poderemos discutir, ampliar o debate a respeito dos parques de Santa Catarina para que situações como essa não ocorram em nosso estado e prejudiquem o nosso meio ambiente, o turismo e o ecoturismo que hoje são bandeiras para o nosso estado. O nosso não pode ser sazonal, como nosso governador falou aqui no último dia 3 de fevereiro no seu discurso na sua mensagem anual.

Mas a nossa preocupação, hoje, é com esta decisão do ICMBio, deputado Dirce Heiderscheidt, que suspendeu a visita ao Parque Nacional de Urubici. Isso é um absurdo! Isso é inaceitável! A população de Urubici, de São Joaquim, de Bom Jardim da Serra, de Grão-Pará, de Lauro Muller, da serra catarinense, de Santa Catarina, está revoltada com essa decisão arbitrária.

Nós vamos brigar, estamos encaminhando uma moção de contrariedade ao presidente nacional do ICMBio e pedimos aos deputados desta Casa que assinem essa moção para que possamos reverter, o quanto antes, essa situação e que as pessoas permaneçam realmente exercendo a sua profissão, tendo a sua renda e segurança nos seus afazeres.

Muito obrigado, presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero cumprimentar o deputado Valmir Comin, secretário da Mesa Diretora da Assembleia, que preside esta sessão e, sem seu nome, cumprimentar todos os senhores deputados. Em nome da deputada Dirce Heiderscheidt, quero cumprimentar todas as nossas colegas deputadas.

Como é a primeira vez que utilizo a tribuna, este ano, quero aproveitar também para um cumprimento especial a todos os novos deputados que estão participando pela primeira vez de uma legislatura na Assembleia Legislativa.

É um orgulho para nós termos um time tão renovado de pessoas com vontade, que aqui estão para somar esforços. Temos um grande desafio pela frente, deputado Cleiton Salvaro, que é o de representar seis milhões de catarinenses.

Então, nesse momento, queremos agradecer esta oportunidade que nos foi dada pelo povo catarinense, mas ao mesmo tempo refletirmos também sobre o tamanho da responsabilidade desses 40 mandatos com o futuro de Santa Catarina e de nossa gente.

Estamos aqui motivados, com energia, com vontade de enfrentarmos o desafio para que a nossa gente catarinense possa continuar vivendo com qualidade, com dignidade, mas, acima de tudo, com oportunidades, nesse estado que nós todos amamos tanto, que é Santa Catarina.

Por isso a nossa alegria em estarmos juntos nessa nova legislatura que teve início agora, no dia 1º de fevereiro.

Na tarde de hoje quero falar de uma ação que é referência em Santa Catarina em termos de associativismo e também em termos de competência e trabalho.

Hoje gostaria de ressaltar aqui a importância do cooperativismo catarinense, que é uma

referência em nível de Brasil. As cooperativas representam a força da união da pessoa, do ser humano. É o socialismo aliado ao capitalismo que remunera o trabalho, que remunera a produtividade das pessoas, gerando, em torno da união dessas pessoas com objetivos comuns, o incentivo ao empreendedorismo.

O cooperativismo catarinense é exemplo de empreendedorismo para todo o Brasil e também para alguns países. Temos criado aqui oportunidades de negócio, assegurado a manutenção de empregos nas comunidades. A garantia de preço para o produtor rural ou para o associado, também na área de serviço, promover o crescimento das pessoas bem como de regiões, estão presentes entre os grandes objetivos do cooperativismo catarinense.

Somos uma grande força, somos mais de 22% dos catarinenses, que estão aliados ou associados a uma cooperativa, pelo menos. São cerca de um milhão e meio de catarinenses que participam da vida das cooperativas, isso é um número alto, já que nós temos em Santa Catarina, graças ao nosso empreendedorismo, a capacidade de nos unir em torno de objetivos comuns. Nós temos, hoje, em Santa Catarina registradas, deputado Manoel Mota, cerca de 254 cooperativas, uma força empresarial silenciosa nos municípios pequenos do interior, mas também nos grandes polos, e aqui na capital também não é diferente.

Cooperativas que atuam em 13 ramos, como cooperativas de crédito, que é uma grande força, surgindo como uma alternativa da sociedade para se defender das taxas do sistema financeiro nacional, as cooperativas agropecuárias, que são responsáveis pela manutenção do *status quo* dos preços para o agricultor familiar, bem como, também, da organização para a comercialização. E representa a força do agronegócio, seja no setor de carnes, no setor de grãos, enfim, em diversas áreas as cooperativas agrícolas são responsáveis hoje pela manutenção de muitas centenas e milhares de agricultores familiares em Santa Catarina.

Cooperativas do ramo de transporte, de consumo, de infraestrutura, como as cooperativas

de energia elétrica do sul do estado que levaram energia elétrica quando as famílias estavam isoladas. Os agricultores e as pessoas das comunidades associaram-se e criaram uma empresa para fornecer a energia elétrica para as comunidades. Também as cooperativas de serviços médicos e odontológicos, cooperativas escolares, dentre outras, movimentam por ano mais de R\$ 20 bilhões em receitas.

Em muitos momentos vimos movimentos para atrair empresas, que é importante, mas o governo de Santa Catarina não pode virar as costas ou deixar de olhar para um segmento que movimenta R\$ 20 milhões por ano. Por isso, além de tantos outros benefícios aos cooperativados e a economia catarinense, podemos destacar também investimento na formação profissional. As cooperativas têm ajudado a treinar operários, trabalhadores, sócios na verdade de projetos aumentando a formação educacional de muitos catarinenses. Apenas, neste estado, atinge-se por ano o treinamento em cooperativismo cerca de 30 mil pessoas, com investimentos na ordem de 12,7 bilhões através do serviço nacional de aprendizagem, pelo SESCOOP. São serviços que captamos para a melhoria e formação da educação do catarinense. Sempre vinculado a Organização das Cooperativas de Santa Catarina - OCESC, que desenvolveu em 2013 ações que beneficiaram cerca de 30 mil catarinenses em todo o estado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo pelo pronunciamento.

Vivemos um momento em que as cooperativas capengaram, passaram por dificuldades e sabemos do fortalecimento que houve nas cooperativas do norte do estado. Hoje também as cooperativas da região sul também são um orgulho para o agricultor, para o filiado e para nós todos, porque garante a

produção e garante a venda com um diferencial com certeza daquilo que é vender para terceiros.

Então eu acho que é um momento de muita reflexão para que haja uma contribuição com a área produtiva. Estamos vivendo uma dúvida muito grande no país. As dificuldades são grandes. É preciso investir na área produtiva. Somos um país com terra fértil e clima temperado. Nós colhemos o que plantamos, mas é preciso coragem para se investir. Não houve ainda uma Presidência que dissesse: Vamos dar vida à agricultura! Com certeza poderíamos abastecer parte do mundo, mas é preciso termos alguém com essa visão na presidência da República, alguém que fosse voltada para o homem do campo para buscarmos essa riqueza e transformar isso em realidade.

Parabéns a v.exa.! Agradeço as considerações que me fez outro dia, porque vamos trabalhar juntos pelo sul do nosso estado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado. Incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Gostaria de dizer que nós, como agentes públicos, precisamos incentivar e criar condições, porque através de objetivos comuns o cooperativismo pode, sim, ser um caminho para a solução, deputado Rodrigo Minotto, para muitos gargalos que temos no desenvolvimento na área da infraestrutura, da saúde. E é com esse foco voltado para o aprimoramento e o incentivo que as cooperativas catarinenses têm mostrado o caminho do sucesso, bem como do desenvolvimento em torno de objetivos comuns. São pessoas com o mesmo problema, com o mesmo objetivo, que se unem através de uma organização para resolver os problemas de determinada região. Tendo em vista a relevância dessa matéria, nós estamos, na tarde de hoje, ratificando o pedido de autorização para reativarmos neste Parlamento Estadual a Frente Parlamentar do Cooperativismo - Frencoop -, que há muito tempo foi presidida, nesta Casa, pelo deputado Moacir Sopelsa, e agora assumimos essa tarefa.

Por isso quero convidar todos os deputados que tiverem interesse nessa frente para subscreverem esse documento, pedindo a sua abertura nesta Casa para discutirmos políticas públicas que possam vir ao encontro do desenvolvimento e do incentivo ao cooperativismo catarinense.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - V.exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Deputado José Milton Scheffer, quero cumprimentá-lo pela iniciativa. O cooperativismo é antigo, surgiu na Inglaterra, no final do século XVIII, e no Brasil, ao final do século XIX. Temos a SESCOOP, que é um serviço nacional de aprendizagem. V.Exa. falou muito bem sobre a questão da qualificação profissional, é isso que queremos fazer para que as pessoas, os trabalhadores, os jovens e os adolescentes do estado possam ter a oportunidade, a condição de profissionalização para a posterior inclusão no mercado de trabalho.

Conte comigo! Já subscrevi, estamos juntos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado! Incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero cumprimentá-lo ao tempo que cumprimento todos os deputados e deputadas.

Vou dividir o tempo do partido com o deputado Fernando Coruja.

O fato que trago para debate, nesta tarde, meu líder, deputado Antônio Aguiar, é recorrente na Casa e é pauta em Brasília nos últimos dias em virtude da eleição do presidente da Câmara

Federal, que trouxe novamente à discussão a reforma política em nosso país.

Ouvia, atentamente, o pronunciamento, nesta tarde, do deputado Ismael dos Santos, aparteado pelo deputado Fernando Coruja. É claro que sobre esse tema dificilmente o país vai encontrar consenso na evolução e nos encaminhamentos, mas é importante que se destaque algumas situações que são exatamente aquilo que ouvimos no dia a dia em contatos com o nosso eleitor, em contato com a nossa população que reside na nossa base de trabalho e atuação. Dentre elas, cabe destacar que nessa reforma política a reeleição é algo que a sociedade não vê mais com bons olhos. Então, vejo que não teremos problemas nenhum em Brasília no encaminhamento da tese do fim da reeleição, até porque nesse período, Eduardo Cunha, presidente da Câmara Federal, propôs essa Comissão Especial para analisar os projetos que estão tramitando e fixou um prazo de dez sessões para emendas e até 40 sessões para encontrar o melhor caminho na discussão das proposições, para assim propor uma redação final.

Vejo que a reeleição é um fator que prejudica o processo competitivo democrático, principalmente para quem não está no poder, e tem, nos encaminhamentos do processo eleitoral, apresentado de uma forma bem clara a força de quem está no poder, no comando frente àquele que está tentando propor uma nova proposta. Então, o fim da reeleição vai fazer bem para o país.

Paralelamente a isso, queremos mandatos maiores já que não teremos a reeleição, principalmente nas prefeituras, porque somente quatro anos é pouco tempo para se desenvolver um trabalho que se comprometa com as bandeiras e as propostas eleitorais. No primeiro ano de governo temos ainda o orçamento imposto pela administração passada, então, somente no segundo ano de governo é que o orçamento passa a fazer parte daqueles compromissos que foram assumidos com a população. Por isso, uma proposta de cinco ou seis anos de mandato é uma discussão levantada em toda a base de atuação e de trabalho.

Também há já fortes encaminhamentos sobre o fim das coligações, principalmente na proporcional. Muitos entendem o fim das coligações como uma forma de enfraquecimento dos pequenos partidos, eu já vejo como uma forma de fortalecimento, porque se o partido não tem condições, na proporcional, de eleger o seu vereador, o seu deputado estadual, o seu deputado federal, obviamente é questionável a sua existência.

Então, quando proibirmos a coligação nas proporcionais, obrigatoriamente, vamos fazer com que estes partidos busquem o seu fortalecimento no objetivo de, no mínimo, formarem uma legenda para ocupar uma cadeira nas áreas que irão fazer a disputa e com isso, quem sabe, lá em Brasília nós vamos ter menos partidos para desafogar os gargalos, já que a Câmara Federal, hoje, é administrada por 28 partidos. São 28 bancadas, 28 estruturas. Sei que o deputado Fernando Coruja já ocupou com muita inteligência o seu mandato, mas hoje não sei se a Câmara tem espaço físico, na sua estrutura, para abrigar 28 bancadas.

Vejo que isso está enfraquecendo os próprios partidos e a opinião pública acaba optando pela proibição dessas coligações para que assim a sociedade economize, de uma forma direta, todo o processo eleitoral.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ouço, com muita satisfação o deputado Antônio Aguiar, nosso líder da bancada.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Deputado Mauro de Nadal, gostaria de parabenizá-lo pelo tema e dizer que todos os brasileiros estão ansiosos pela reforma política.

Gostaria de parabenizar o nosso presidente, Eduardo Cunha, que teve a coragem de trazer para o plenário esse importante tema que estava sendo segurado pelo governo e por outras lideranças.

O PMDB acredita que a reforma política vai acontecer no Brasil.

Parabéns pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

E outro assunto importante é que tenhamos conhecimento e possamos discutir a realização conjunta de todas as eleições: de vereador a presidente da República. O Brasil não pode se dar ao luxo de a cada dois anos interromper as suas porque estamos em um período de eleição. São seis meses que as administrações municipais não conseguem acessar recursos do governo federal e do estadual por causa das restrições eleitorais, sem falar no custo que o Brasil tem para a realização de uma eleição, que é algo muito expressivo.

Segundo o próprio TSE, o custo estimado foi de aproximadamente R\$ 500 milhões para a realização das eleições no ano de 2014. É muito recurso público empregado em uma eleição.

Então vejo que a realização conjunta dos pleitos é uma economia significativa para o Brasil. Vejam quantos recursos podemos investir em Infraestrutura, Saúde, Educação e em tantas outras áreas que hoje são deficitárias da nossa nação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos continuam com o PMDB.

Com a palavra o deputado Fernando Coruja pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Saúdo o presidente, deputado Valmir Comin, deputado Mauro de Nadal.

Quero falar sobre os problemas hídricos e energéticos que estão acontecendo no Brasil nos dias de hoje. Poderíamos procurar os culpados. Tivemos, por ocasião do debate eleitoral para a Presidência da República, acusações apontando os responsáveis pela falta de energia, pela falta de água.

Sem dúvidas o Brasil carece de planejamento, mas há uma série de outros problemas, como as intempéries.

Precisamos avançar no sentido da solução dos problemas. É evidente que aqui não temos e nem podemos, por falta de competência até legal, encontrarmos soluções para os problemas do país, mas é preciso que todos avancem e trabalhem na direção da procura dos problemas, tanto de energia quanto de água, que são recursos finitos, até porque a energia, às vezes, depende de outros recursos da própria natureza.

O Brasil tem usado as termoelétricas que são fontes de energias caras. E neste instante tivemos a oportunidade de ouvir o pronunciamento do deputado Leonel Pavan salientando o aumento importante que ocorreu na conta de luz do país.

Mas o que podemos fazer? Eu estou apresentando dois projetos de lei que tratam daquilo que pode ser feito dentro do poder público estadual, dentro daquilo que podemos legislar aqui.

Quero legislar exatamente em relação aos órgãos públicos. É preciso que os órgãos públicos, a Assembleia Legislativa, o Poder Executivo Estadual e o Poder Judiciário, comecem a avançar pelo exemplo. Há muitas coisas que são feitas nos países onde não há esta carência, esta crise, mas que em função da questão cultural há uma preocupação no cotidiano com a falta de energia e com a falta de água.

Nós em Santa Catarina não estamos sofrendo como sofre São Paulo e Rio de Janeiro, mas temos que contribuir, por exemplo, com a falta de energia, que é uma coisa que é um problema nacional. É preciso avançar.

Estou apresentando dois projetos de lei que serão protocolados e uma indicação ao governo estadual para que nos prédios públicos do estado façam medidas que visem economizar água e energia.

Hoje é possível muitas alternativas que passam por reutilização da água da chuva, por diminuição dos gastos da aplicação das medidas tecnológicas adequadas. E estou aqui fazendo um requerimento verbal ao presidente da Assembleia Legislativa, já falei com o presidente, deputado Gelson Merisio, para que aqui na Assembleia Legislativa se tome medidas nesta direção, no sentido de que possamos

diminuir o consumo de água e de energia. Acho que esse é um problema do país, é um problema que veio para ficar. Por mais que melhorem as condições da natureza precisamos nos reeducar.

Nós que já temos mais experiência precisamos educar as crianças do país para utilizarem melhor a energia elétrica e a água.

Esses dias, ainda, na minha casa, a minha menina que tem 14 anos apagou a luz do quarto e disse: "O pai me deu uma bronca. Ele disse que tem que apagar a luz porque o país está com um problema." Ela falou para a minha mulher.

E acho que esse é o caminho! Temos que nós encaminhar para uma melhor educação com relação a esses meios finitos, que são a água e as fontes de energia. E no caso específico do poder público é preciso que esse poder comece a dar o exemplo. Há mecanismos, sim, para permitir a economia.

Estou elaborando um projeto de lei para que nas leis de licitações, que é uma legislação concorrente, que se exija a participação do estado de Santa Catarina para que as empresas que queiram participar tenham mecanismos de controle do seu dispêndio de energia e de água. É um problema real que o Parlamento tem que debater, e é preciso que esse problema avance até a sociedade para se discutir a questão que energia e água são recursos histórico e, possivelmente, no futuro, limitados que precisam ser bem utilizados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, quero registrar a presença neste plenário do nosso prefeito de São Bento do Sul, sr. Fernando Tureck, e do seu assessor, Paulo Rogério Tureck, em meu nome e do deputado Antônio Aguiar, que também representa o planalto norte, ficamos gratos e registramos estas

honrosas presenças na nossa Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Bem-vindos a este Parlamento. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSB.

Com a palavra o sr. deputado Patrício Destro, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Muito obrigado, sr. presidente, aos nossos amigos deputados e deputadas também. Sr. presidente, o primeiro assunto que me traz à tribuna hoje tem me preocupado muito, principalmente porque diz respeito à minha região, sobre a questão do crescimento da dengue em Santa Catarina. Nós da região norte, da qual também faz parte o deputado Leonel Pavan, região que está sendo muito atacada pelo crescimento da dengue, deputado Manoel Mota, não podemos brincar com a saúde pública do estado e não podemos brincar, inclusive, com a população deste estado.

As preocupações nossas com relação a essa doença é justamente pelo crescimento da epidemia. O deputado Dalmo Claro, que é médico, sabe muito bem que a situação da saúde em Joinville e em outras cidades do estado é complicada. V.Exa. imagina que tivemos dois casos confirmados em Joinville e não estão completamente justificados se foram de pessoas que contraíram a doença em Joinville, geralmente são casos importados. Mas pode ser confirmado nas próximas duas horas que esses dois casos foram contraídos na cidade. Isto vai causar um problema muito grande porque todas as pessoas, deputado Dalmo Claro, que forem ao hospital com o sintoma de uma simples gripe, por exemplo, o médico não vai liberá-las, vai segurar dentro do hospital para que possa fazer uma análise mais minuciosa sobre a situação.

E aí, claro, a preocupação maior é que nós vamos estar cada vez mais colocando pessoas dentro do nosso pronto-socorro, para poder analisar o caso, e aí nós teremos uma situação ainda mais complicada na nossa saúde.

Deputado Leonel Pavan, que está chegando ao plenário, estou falando sobre a questão da dengue e a preocupação que temos, principalmente nós, da região, com o crescimento da dengue e com os números crescentes de Itajaí e de Balneário Camboriú. Inclusive, há um caso confirmado em Balneário Camboriú de alguém que não contraiu a doença fora do estado, de um cidadão de Balneário Camboriú que não viajou para nenhum outro lugar e que hoje a doença naquele município. São 50 casos confirmados hoje em Itajaí. O primeiro caso de dengue em Balneário Camboriú foi de alguém que pegou na própria cidade.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Patrício Destro, primeiramente quero cumprimentá-lo pela importância do tema abordado por v.exa. Ontem, esse assunto foi levantado aqui também pelo deputado Dr. Vicente Caropreso, e hoje v.exa. também expõe, com muito conhecimento, essa questão.

Quero falar sobre Balneário Camboriú. Nós não podemos admitir, este deputado não admite, que uma das cidades mais ricas do estado de Santa Catarina, proporcionalmente é a mais rica, do lado de Itajaí, superando Joinville, uma cidade pequena, esteja com este problema. Existe falta, por parte do governo municipal, de campanhas de conscientização e até de fiscalização.

Recentemente, até acho que pagou um mico tremendo, o prefeito da cidade, Edson Dias, com umas 50 pessoas, andando pela Avenida Atlântica, levando um panfleto pelas Avenidas Brasil e Atlântica, estavam gritando: Xô, dengue! Ele tem que ir lá aos bairros, fora de campanha, sobrevoar a cidade, ver as caixas abertas, falar com a população mais pobre, com a população mais carente!

Ora, na Avenida Brasil, com milhares de turistas do mundo inteiro, gritando Xô dengue, é uma palhaçada de um prefeito, infelizmente, que deixou acontecer isso em Balneário Camboriú, que

agora tenta somente no aplauso, espantando o mosquito, resolver o problema. Balneário Camboriú paga o preço pela incompetência de um governo que não trabalha na conscientização e na eliminação dos focos da dengue!

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Obrigado, deputado Leonel Pavan.

Estava buscando aqui também alguns números sobre o crescimento da dengue no estado, claro que não são números totalmente confirmados, porque alguns são de pessoas que contraíram a doença dentro do próprio município, outros que trouxeram a doença de fora, mas dado o crescimento, principalmente, do avanço do mosquito e o número de focos que temos no estado, poderemos ter uma questão epidêmica muito grande, perdendo-se o controle sobre o avanço da doença.

Cento e quatro casos confirmados de dengue no estado, sendo 89 de Itajaí e um de Balneário Camboriú. Temos casos confirmados em Araranguá, em Barra do Sul, em Guaramirim, dois casos em Joinville que podem ser confirmados de pessoas que contraíram a doença na própria cidade. Em Três Barras há casos confirmados também, em Blumenau, em Brusque, em São José do Cedro, como em Florianópolis há caso confirmado de dengue. São 1.320 focos no estado, sendo que 348 deles, são em Chapecó. São 348 casos de focos de dengue confirmados em Chapecó. E aí vem o alerta: se há o foco, o mosquito, se tiver um único doente, um único mosquito, poderá passar para mais de 300 pessoas a doença. Um mosquito pode contrair mais de 300 pessoas da doença.

Imaginem o que isso pode representar e a calamidade pública que pode trazer para o estado e para a população de uma maneira geral! O custo que nós vamos ter também e quanto que o município e o estado vão pagar para poder bancar essa conta. Qualquer pessoa que tiver sintomas de uma gripe provavelmente vai querer ficar internado, porque não vai pagar o preço para ficar em casa e depois ter um avanço da doença, até para uma dengue hemorrágica. Nós não entendemos muito sobre essa

questão, mas sabemos que é uma doença extremamente grave.

De qualquer forma, fica o alerta aqui também. E nós, do Parlamento, temos a obrigação de estar cobrando, avisando e pedindo para que tanto o município quanto o estado possam olhar isso com uma lupa, para não deixar esse avanço da doença crescer.

E só vale ressaltar, para terminar o meu tempo, que essa é a primeira vez na história de Santa Catarina que temos mais casos confirmados de pessoas que pegaram a doença dentro do estado do que pessoas que importaram a doença, ou seja, que se contaminaram fora e trouxeram a doença para cá. Mas isso não causa menos preocupação já que a pessoa pode contrair a doença fora.

Temos 1.320 focos de mosquito. Em Santa Catarina basta um mosquito para picar mais 300 pessoas e expandir ainda mais a doença.

Obrigado, sr. presidente, pelo tempo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de endossar as palavras do deputado líder, Silvio Dreveck, e parabenizar o prefeito de São Bento do sul, Fernando Tureck, do PMDB, que se encontra nesta Casa; e também o chefe de gabinete. Todos estão sendo recepcionados pelo dr. Dalmo Claro.

Sinta-se à vontade nesta Casa, prefeito.

Muito obrigado pela presença.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero citar com satisfação a presença do vereador Lioilson Corrêa, de Joinville, do bairro Paranaguamirim.

Nós estamos tratando com o vereador Lioilson Corrêa, bem como já tratei com o prefeito desde o

ano passado e com a Polícia Militar. O ex-comandante Nazareno Marcineiro criou a Companhia da Polícia Militar e instalou no Paranaguamirim, e nós vamos arrumar recursos com o governador Raimundo Colombo neste ano para construirmos um prédio novo da Companhia da Polícia Militar no bairro Paranaguamirim, de Joinville, que é um dos bairros mais violentos da nossa cidade e, com certeza, de Santa Catarina.

Portanto, é fundamental darmos essa garantia de melhor segurança para a zona sul da cidade de Joinville, e o vereador Lioilson Corrêa, bem como o ex-deputado Sandro Silva, também estão trabalhando nesse tema já há dois anos aqui no Parlamento Catarinense.

Seja bem-vindo! Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 24, de autoria do deputado Mauro de Nadal, 26; de autoria da deputada Luciane Carminatti; 27, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 28, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 29, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 25, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que requer a constituição do Fórum Parlamentar para acompanhar a duplicação da BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência suspende a presente sessão por dez minutos para que sejam concluídas as conferências das comissões e possamos fazer a leitura dos membros das comissões e,

conseqüentemente, a sua instalação, que deve ser feita dentro da Ordem do Dia.

Em seguida ficam habilitadas as comissões para poderem fazer a eleição das Presidências, o que está mais ou menos entendido, senão na sua totalidade, mas muito próximo disso. E tecnicamente ficaremos aptos a iniciar os trabalhos legislativos.

Esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos, enquanto se conclui a conferência dos números. Já retornaremos para que se possa fazer a sequência. Não podemos passar para o item seguinte porque tem que ser na Ordem do Dia.

Esta suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.)

Estão reabertos os trabalhos.

(Passa a ler.)

"Esta Presidência comunica a edição do Ato da Presidência n. 0001/2015, que designa os membros das comissões permanentes e solicita aos senhores parlamentares mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas, de cada comissão, que procedam, de preferência nesta sessão ou então subsequente, a sua convocação para a instalação dos trabalhos e eleição dos respectivos presidentes e vice-presidentes, na forma do art. 123 do Regimento Interno desta Casa."

Informo aos srs. deputados que é possível, como é um grande número de comissões e membros, que haja alguma comissão que não seja exatamente aquela que o parlamentar encaminhou, mas não há nenhuma dificuldade que se emita um novo ato depois, fazendo as trocas e ajustes de eventuais preferências por alguma comissão.

Para darmos sequência e andamento no processo, é o que chegou até a Casa, mas não há nenhuma dificuldade para depois se alterar. O que nós gostaríamos e que pudéssemos, com este quorum, praticar a eleição e a instalação para ganharmos tempo e, se houver alguma mudança a ser feita, se edita novo ato, relocando cada uma das posições, uma vez que tudo está sendo feito com entendimento

entre todos os parlamentares. Não há informação de que exista disputa não resolvida por nenhuma posição ou comissão.

Portanto, se houver algum equívoco, é meramente formal e passível de correção.

Comissão de Constituição e Justiça (nove membros): deputados Mauro de Nadal, Silvio Dreveck, João Amin, José Nei Ascari, Narcizo Parisotto, Ricardo Guidi, Valdir Cobalchini, Marcos Vieira e deputada Luciane Carminatti.

Comissão de Finanças e Tributação (nove membros): deputados Marcos Vieira, Darci de Matos, Antônio Aguiar, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Kennedy Nunes, Patrício Destro e Rodrigo Minotto.

Comissão de Segurança Pública: deputada Ana Paula Lima e deputados Antônio Aguiar, João Amin, Maurício Eskudlark, Ricardo Guidi, Rodrigo Minotto e Romildo Titon.

Comissão de Agricultura e Política Rural: deputados Natalino Lázare, José Milton Scheffer, Cesar Valduga, Dirceu Dresch, Gabriel Ribeiro, Manoel Mota e Mauro de Nadal.

Comissão de Direitos Humanos: deputados Dirceu Dresch, Narcizo Parisotto, Dalmo Claro, Ismael dos Santos, Luiz Fernando Vampiro, Marcos Vieira e Natalino Lázare.

Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: deputados João Amin, Valdir Cobalchini, Cesar Valduga, Cleiton Salvaro, Darci de Matos e Manoel Mota e deputada Luciane Carminatti.

Comissão Educação Cultura e Desporto: deputada Luciane Carminatti e deputados Valdir Cobalchini, Gabriel Ribeiro, Gean Loureiro, Natalino Lázare, Rodrigo Minotto e Serafim Venzon.

Comissão de Saúde: deputada Ana Paula Lima e deputados Maurício Eskudlark, Dr. Vicente Caropreso, Cesar Valduga, Cleiton Salvaro, Dalmo Claro, Fernando Coruja e José Milton Scheffer.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: deputados Serafim Venzon, Rodrigo Minotto, Dirceu Dresch, Fernando Coruja, Jean Kuhlmann, Manoel Mota e Natalino Lázare.

Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia: deputados Silvio Dreveck, Cleiton Salvaro, Darci de Matos, Dirceu Dresch, Luiz Fernando Vampiro, Mauro de Nadal e Rodrigo Minotto.

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul: deputados Rodrigo Minotto, Neodi Saretta, Antonio Aguiar, Kennedy Nunes, Ricardo Guidi, Silvio Dreveck, Valdir Cobalchini.

Comissão de Turismo e Meio Ambiente: deputados Gean Loureiro, Ricardo Guidi, Antonio Aguiar, Cesar Valduga, Gabriel Ribeiro, João Amin, Neodi Saretta.

Comissão de Pesca e Aquicultura: deputados Neodi Saretta, Patrício Destro, Dalmo Claro, José Milton Scheffer, Luiz Fernando Vampiro, Maurício Eskudlarke e Rodrigo Minotto.

Comissão de Legislação Participativa: deputados Cesar Valduga, José Milton Scheffer, José Nei Ascari, Manoel Mota, Neodi Saretta, Patrício Destro e Romildo Titon.

Comissão de Proteção Civil: deputada Ana Paula Lima e deputados Patrício Destro, Dr. Vicente Caropreso, Fernando Coruja, Jean Kuhlmann, Narcizo Parisotto e Romildo Titon.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: deputada Luciane Carminatti e deputados José Nei Ascari, Gean Loureiro, Cleiton Salvaro, Luiz Fernando Vampiro, Narcizo Parisotto, Serafim Venzon.

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: deputados Dr. Vicente Caropreso, Ricardo Guidi, Cesar Valduga, Ismael dos Santos, Mauro de Nadal, Neodi Saretta e Romildo Titon.

Comissão de Prevenção e Combate às Drogas: deputados Ismael dos Santos, Narcizo Parisotto, Dalmo Claro, Dr. Vicente Caropreso, Fernando Coruja e Natalino Lázare e deputada Ana Paula Lima.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar: deputados Kennedy Nunes, Marcos Vieira, Antonio Aguiar, Fernando Coruja, Jean Kuhlmann, João Amin,

Narcizo Parisotto, Ricardo Guidi e deputada Ana Paula Lima.

Se for possível, a partir do encerramento da sessão ou enquanto estivermos na Explicação Pessoal, seria oportuno que os deputados pudessem convocar as comissões para que façam o encaminhamento e que sejam, hoje, ainda, instaladas, porque há consenso na Presidência de todas, apenas para formalizar. Podemos marcar para amanhã, quinta-feira, mas já fica mais difícil. Na comissão de Finanças e Tributação, se não fizermos hoje perdemos a sessão de quarta-feira.

O deputado que faz a convocação é o mais idoso, entre os que possuem o maior número de mandatos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero sugerir, sr. presidente, que essa relação seja passada aos líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Enquanto falamos a assessoria vai providenciar a relação.

Cada membro de cada comissão que já souberem qual o mais idoso, façam a convocação para em seguida fazermos a instalação.

Como já disse, se houver alguma dificuldade com a composição das comissões, faremos o remanejamento depois. Para efeito das Presidências, há o entendimento feito com todos os parlamentares, dos quais, participaram de todos os debates o deputado Marcos Vieira e também o deputado vice-presidente, Aldo Schneider. Tanto um quanto outro conhece o que foi encaminhado para cada uma das Presidências, para que seja ágil o processo. Eu estou à disposição para dirimir qualquer dúvida. Não tenho conhecimento de nenhuma divergência para o encaminhamento.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a ideia de v.exa. é boa para construirmos de imediato as comissões. Mas se algumas delas não for possível, hoje, que sejam feitas amanhã ou na Quarta-feira de Cinzas, até porque na semana que vem, regimentalmente, não vai haver nenhum horário de reunião ordinária das comissões porque o expediente começa na quarta-feira, à tarde.

Seria bom fazermos a composição hoje, mas se não der, fica para amanhã ou então na quarta-feira, à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Fica combinado dessa forma. Hoje, amanhã ou Quarta-feira de Cinzas, uma vez que a sessão será apenas à tarde.

Finda a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nessa articulação, os mais idosos, os mais experientes, vão ter essa oportunidade.

Citei ontem na minha fala que iria trazer, hoje, à tribuna, o debate sobre os encaminhamentos de um setor importante da economia catarinense, da geração de emprego e renda: o setor leiteiro. Estamos tendo um anúncio importante do governo federal que vai fazer uma compra via ministério do Desenvolvimento Social, ministério do Desenvolvimento Agrário e também junto a outros ministérios, de leite, que está estocado no estado a partir deste momento de crise que se instalou no setor, a partir de todas essas denúncias que ocorreram de falsificação, de misturas, que ocorreram no leite do estado.

Essa ação do governo federal de comprar leite, esse anúncio, com certeza, traz um alívio aos nossos agricultores, especialmente as nossas pequenas cooperativas.

Agora, a luta continua. Já estamos quase no início do mês de março e já estamos chamando os agricultores para mobilizações para buscar os encaminhamentos.

Temos um pedido de audiência com o secretário da Agricultura. Também vamos pedir uma audiência ao secretário de Educação para que o estado assuma uma função, apoie essa luta, apoie as reivindicações dos agricultores, mas, especialmente, faça uma ação também. Nós entendemos que a compra de leite para a alimentação escolar seria um grande caminho que o estado poderia contribuir com esse setor nesses próximos meses para amenizar os impactos da redução do preço e da renda dos nossos agricultores.

Então, queria citar essa questão que na nossa avaliação precisa ser resolvida.

O segundo tema que quero aqui trazer presente, com muita alegria, como trabalhador, como sindicalista, são os dados sobre o salário mínimo nacional. E o grande tema do reajuste do salário mínimo traz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Poder de compra do salário mínimo é o maior em 50 anos.

A política de valorização do salário mínimo, implementado pelo nosso governo do PT, pelo presidente Lula e agora pela presidente Dilma Rousseff, garantiu mais renda para os trabalhadores e aposentados, aumentou o poder de compra, dinamizou a economia, fez diminuir as desigualdades e retirou mais de 40 milhões de brasileiros da pobreza. É um feito inédito.

Conforme dados do Banco Central o poder de compras do salário mínimo no mês de janeiro de 2015 é o maior desde agosto de 1965. Entre 2003 e 2014 o reajuste nominal do mínimo foi de 262%, o que significou um aumento real de 72,31% descontada a inflação.

Neste ano o mínimo está fixado então em R\$ 788,00.

Hoje, 46,7 milhões de brasileiros têm rendimento com base no salário mínimo. Atualmente

o salário mínimo é de R\$ 788,00 que equivale em torno de US\$ 300. Durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, 1995 a 2002 o salário mínimo passou de R\$ 100,00 para R\$ 200,00, um crescimento nominal de 100%. No entanto o aumento real nesse período foi de apenas 21,89% descontada a inflação entre os anos de 99 e 2002, além de não aumentar o salário mínimo, perdeu valor - 4,32% e o aumento real foram de - 1,42% respectivamente."

Então, por isso queremos trazer a esta tribuna um momento histórico para os trabalhadores, pois em 50 anos temos o maior poder de compra do salário mínimo do nosso país. Com certeza isto é um grande feito, uma grande ação de recuperação da qualidade de vida do nosso povo brasileiro.

E quero aqui aproveitar, já falando do salário mínimo, que o piso catarinense também está acordado, deputado Jean Kuhlmann, com um aumento de 8% na mesma regra do aumento do salário mínimo nacional. A primeira faixa fica R\$ 908,00, a segunda faixa R\$ 946,00, a terceira faixa R\$ 994,00 e a quarta faixa R\$ 1.042,00, que é o piso mínimo catarinense. Assim, o acordo construído tradicionalmente é que o governo mande para esta Casa e aprove, inclusive, o salário retroativo ao mês de janeiro.

Por isso a pressa, a agilidade, e esperamos que assim que estiverem instaladas as comissões, na semana que vem, já entre o projeto aqui na Casa e nós possamos aprovar o mais rápido possível essa importante política, porque desde 2009, quando fizemos a grande luta, quando foi aprovado o piso mínimo catarinense, nesta Casa, sempre falamos, e isso está comprovado em nível nacional, do reajuste do salário mínimo. Se tivermos, no reajuste real do salário mínimo, a condição real de melhoria do poder de compra dos trabalhadores brasileiros, vamos melhorar a economia no geral, todos ganhar, não apenas o trabalhador assalariado, porque o trabalhador pega o seu salário no final do mês vai ao supermercado, na loja comprar roupa, calçado e aí toda a economia ganha. A indústria precisa produzir mais porque lá no comércio e no supermercado sai mais produtos, a

agricultura familiar ganha porque produz alimentos, melhora o preço para os produtos dos agricultores, toda a economia ganha.

Por isso, deputado Jean Kuhlmann, a luta pela valorização do salário, e diziam que não poderiam aumentar o salário porque gerava inflação, que não podiam aumentar o salário porque quebrava a Previdência. Aumentavam o salário R\$ 5,00 por ano, às vezes, e hoje, temos uma recuperação real de quase 73% nos últimos 12 anos. E isso fez a economia brasileira reagir bem gerando muitos empregos em todos os movimentos, muita distribuição de renda.

Então, é isso que sempre defendemos. E o piso mínimo catarinense também é importante por isso. O empresário paga mais salário e em compensação, ele vende mais, a economia gera mais, precisa produzir mais e o comércio vende mais. Eu sempre digo que com a valorização salarial todos ganham, inclusive o próprio estado, a União, os estados e os municípios, porque a arrecadação aumenta. E isso está comprovado pelos dados, porque, senão, nem precisariam criar novos impostos. Com o aumento do consumo e o aumento do giro da economia, todos ganham.

Quero aqui destacar que a nossa bancada se reuniu hoje ao meio-dia. E queremos aqui cumprimentar a nossa nova líder, deputada Luciane Carminatti, que assume a liderança neste ano. E nós também estamos assumindo a comissão de Direitos Humanos, e Santa Catarina tem grandes desafios pela frente. É uma luta muito longa e isso me trouxe, inclusive, para a política, a luta pelo direito à alimentação.

É direito da criança quando nasce ter direito à alimentação, à democracia e a tantos outros direitos.

Então a luta pelos Direitos Humanos está em nossa raiz, está em nosso sangue, em nossa caminhada.

Por isso fico muito feliz em poder assumir a comissão de Direitos Humanos. Aqui em Santa Catarina temos pessoas passando dificuldades na

alimentação nas mais diversas áreas, os nossos presídios tem muitas denúncias de agressão.

Vamos trabalhar firme neste ano representando bem esta Casa, presidindo esta comissão tão importante aqui na Assembleia Legislativa, de Minas e Energia, contribuindo com todas as demais comissões da Casa.

Portanto, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Meu amigo, presidente deputado Valmir Comin, como faço parte da Mesa Diretora como segundo vice-presidente, não posso participar das comissões. E eu conversava com os meus pares, meus companheiros, e dizia que eu gostaria imensamente de participar da comissão de Turismo. Eu não posso.

Mas quero me colocar à disposição, especialmente desta comissão, para podermos discutir o turismo de Santa Catarina por inteiro.

Nós somos um dos estados mais procurados do Brasil. Fomos por sete vezes consecutivas o melhor destino turístico do Brasil, deputado Gean Loureiro. Infelizmente, perdemos essa sequencia que conseguimos obter quando Luiz Henrique, governador, e eu, como vice-governador, e depois, eu governador. Infelizmente, perdemos.

Mas me coloco à disposição para lutar e pedir para que o governo do estado se sensibilize e construa o centro de eventos de Balneário Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Meu querido amigo, Leonel Pavan, v.exa. como membro da Mesa Diretora, de acordo com o Regimento Interno, pode participar assiduamente de cada comissão, porém, sem direito a voto.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Muito obrigado, estarei lá.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Presidente, a pedido do deputado Antônio Aguiar, deputado mais idoso e também o mais experiente dos integrantes eleitos para a comissão de Turismo e Meio Ambiente, faço a convocação para uma reunião da referida comissão, amanhã, às 8h30, na sala de imprensa, antes da sessão ordinária, para que possamos fazer a definição da eleição dos seus dirigentes e o calendário da comissão.

Aproveito a oportunidade, já que existe acordo das bancadas para presidir a comissão, que seria uma honra ter a participação do nosso experiente deputado Leonel Pavan no nosso dia a dia, e quero dizer que, se for permitido, faremos uma convocação, para que sempre possa estar presente como ex-governador, como membro da Mesa e como deputado da Casa para nos auxiliar nos trabalhos. Peço para a Diretoria Legislativa convocar todos os deputados da comissão que são os deputados Antônio Aguiar, Neodi Saretta, Cesar Valduga, Gabriel Ribeiro, este deputado, Ricardo Guidi e João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Pedido feito, pedido aceito.

Com a palavra o próximo orador inscrito é o deputado Natalino Lázare.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Natalino Lazare, com a palavra o deputado João Amin.

(Pausa)

Com a desistência do deputado João Amin, com a palavra o sr. deputado Cesar Valduga, já que v.exa. foi prejudicado na sessão de ontem, tem o direito de usar a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Gostaria de cumprimentar o sr. presidente, deputado Valmir Comin, o deputado Dalmo Claro, todos os srs. deputados.

Venho à tribuna manifestar-me sobre a minha participação, juntamente com o deputado Neodi Saretta, no último dia 4 de fevereiro, da solenidade de lançamento do edital para a obra do

Sistema de Esgoto do município de Concórdia, na última quarta-feira.

O evento contou com a presença do governador, do deputado Neodi Saretta, e quero levantar a importância da participação do vereador do PCdoB, Vilmar Comasseto e do vice-prefeito, o Santhier, do município de Concórdia, e demais autoridades e também colaboradores da Casan.

O ato foi aberto pelo governador e também pelo engenheiro Valter Gallina, que falou da importância dos recursos provindos do PAC na ordem de R\$ 39 milhões, viabilizados em parceria com o governo federal, com o governo Dilma Rousseff. Este projeto prevê também o assentamento de 55.7 mil m² de rede coletora de esgoto, além de seis mil metros de emissário terrestre e a execução de três mil ligações domiciliares, sr. presidente.

Então, vejam a importância desse projeto, que trata sobre a questão do saneamento, da prevenção, que é o saneamento básico no estado de Santa Catarina. São 25 mil habitantes, 42% da população de Concórdia, que vão se beneficiar, através desse projeto do PAC em parceria com o governo de Santa Catarina, com o governo municipal de Concórdia e com o governo federal. E sem dúvida nenhuma, sr. presidente, com o trabalho, com esse sistema que temos no estado, protagonizado pela Casan e seus funcionários, é que faz com que eu venha me manifestar, neste momento, sobre a importância, deputado Rodrigo Minotto, em termos um saneamento público e de qualidade.

Por isso, não podemos permitir que no estado de Santa Catarina alguns prefeitos sucateiem essa empresa para justificar a privatização, coisa que já tentaram fazer no município de Chapecó há algum tempo.

E juntamente com os trabalhadores, com os movimentos sociais, conseguimos barrar aquele movimento que, sem dúvida alguma, sucatearia a Casan no estado de Santa Catarina.

Ocorre, deputado Leonel Pavan, que nós defendemos investimento nessa empresa pública, qualificação profissional, mas jamais o sucateamento para justificar a privatização dessa

empresa. Mas graças a esse sistema integrado, junto com o governo do estado, governo federal, permite, sim, sr. presidente, milhões de investimentos, como é o caso do município de Concórdia que aportou, através desse edital, R\$ 39 milhões para investimentos, beneficiando 25.000 famílias, saindo de 7% para 42% de beneficiados.

Então, como são importantes esses investimentos, são importantes essas parcerias, que, sem dúvida alguma, resultam e protagonizam parceria e saúde, que saúde nada mais é, deputado Dalmo Claro, que a prevenção, e a prevenção se faz, sem dúvida alguma, com saneamento básico.

Quero também, neste momento, agradecer aos srs. parlamentares que no dia de ontem nós aprovamos uma proposição endereçada ao governo do estado de Santa Catarina e ao secretário de estado da Saúde a transferência de recursos para a conclusão das obras de ampliação e melhorias do centro cirúrgico, centro obstétrico e central de esterilização do Hospital Nossa Senhora das Dores, do município de Capinzal. Entidade essa beneficente, que tive a oportunidade de muitas vezes frequentar aquele hospital.

E lideranças, deputado Leonel Pavan, daquele município já se manifestam há muito tempo, que temos que buscar imediatas soluções sobre a questão daquele hospital, até porque o Hospital São José, de Capinzal, há pouco tempo, fechou as portas. Resta somente o Hospital Nossa Senhora das Dores, entidade essa beneficente, que atende mais de 32.000 habitantes daquela região: Capinzal, municípios de Ouro e de Zortéa e também municípios vizinhos! E quando do não atendimento por falta dessa infraestrutura, o município de Joaçaba ou o município de Chapecó ou outros municípios mais distantes têm que se deslocar.

Neste sentido, que nós apresentamos essa propositura movimentada por entidades das cidades de Capinzal e de Ouro, que sensibilizadas fazem esse e possamos dar mais qualidade de vida e o pronto-atendimento quando da demanda ou quando da necessidade de um hospital que venha atender as

demandas, no momento, mais difíceis. Por isso assomamos à tribuna.

Conversei com o deputado Dalmo Claro, que foi secretário da Saúde também do estado de Santa Catarina, que fez um belo trabalho, que se prontificou, em uma reunião com o secretário da saúde, João Kleinübing, e com lideranças daquela cidade, de fazer uma audiência ou uma reunião, para tratarmos desses restantes dos quase R\$ 5 milhões que parte foram repassados, faltando apenas R\$ 1,3 milhão para concluir essa importante obra do Hospital Nossa Senhora das Dores, do município de Capinzal, que atende toda aquela região.

Neste sentido, sr. presidente e srs. deputados, gostaria de agradecer o apoio, por unanimidade, de v.exas., no dia de ontem, ocasião em que recebemos nesta Casa Vitorino Lanhi, que é presidente do nosso partido, no município de Capinzal. Recebemos também outras lideranças que nos procuraram e que fazem esse movimento, para que consigamos aportar esses recursos àquele município, que é importante, pois gera emprego, gera renda, gera divisas no nosso estado, porque também temos lá importantes setores produtivos, que é o caso da BRF, que gera milhares de empregos, e o hospital tem que entrar em funcionamento.

Porque muitas pessoas acabam morrendo nas estradas e que dependem muitas vezes da "ambulancioterapia" para se deslocar do município para outro ou de Capinzal para municípios mais distantes.

É nesse sentido que vimos a esta tribuna para nos manifestar e ser a voz do nosso capinzalense, do nosso povo lá de Ouro, do nosso povo do município de Zortéa.

Muito obrigado, sr. presidente, um forte abraço.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência comunica aos srs. deputados que pertencem à comissão de Educação, Cultura e de Desporto: Gabriel Ribeiro; Natalino Lázare;

Rodrigo Minotto; Serafim Venzon; Valdir Cobalchini; Gean Loureiro e Luciane Carminatti, que se dirijam ao Plenarinho, neste momento, para, sob a presidência do deputado Valdir Cobalchini, que é o mais experiente, para não falar o mais velho, tratar de assunto relacionado à referida comissão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria, em nome do deputado Narcizo Parisotto, que neste momento está na instalação da comissão de Constituição e Justiça, pedir aos nobres pares que fazem parte da comissão de Ética e Decoro Parlamentar que compareçam na Sala das Comissões, no plenarinho, onde também vamos instalar a comissão de Ética e Decoro Parlamentar, aproveitando porque os deputados João Amin, o Ricardo Guidi, Marcos Vieira e o Narcizo Parisotto já fazem parte de outras comissões e estarão lá.

São eles: Jean Kuhlmann, Ricardo Guidi, João Amin, Marcos Vieira, Antônio Aguiar, o Fernando Coruja, Ana Paula Lima e Narcizo Parisotto.

Então, para se dirigirem ao plenarinho.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Registro feito, deputado Kennedy Nunes, apenas reiterando o pedido desta Presidência para que possamos, com a benevolência de cada um dos srs. deputados e sras. deputadas, dar celeridade e realmente concluir este trabalho ainda no dia de hoje e avançar no processo depois do carnaval.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Há pouco, no pronunciamento do deputado Patrício Destro, que se referia à questão do mosquito da dengue, eu falei

em aparte sobre Balneário Camboriú. Prontamente, a assessoria de Balneário Camboriú, que está atenta aos trabalhos da Assembleia, mandaram um e-mail dizendo que a mobilização que foi feita em Balneário Camboriú foi para conscientizar a população de que está no site da prefeitura todo o trabalho que realizado para impedir que aumente os focos do mosquito da dengue, e que não aconteceu nenhum caso em Balneário Camboriú. Pelo que temos de informação, existe um caso dito ontem, inclusive, pelo deputado Dr. Vicente Caropreso, pelo deputado Patrício Destro e pelo deputado Antônio Aguiar.

Esperamos, realmente, que o trabalho que está sendo feito em Balneário Camboriú dê resultados e que seja verdadeira a informação.

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Feito o esclarecimento pelo deputado Leonel Pavan.

Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje tivemos o prazer de acompanhar a comitiva do prefeito Dieter Janssen, de Jaraguá do Sul, que foi em várias instituições do estado em busca de melhorias para a nossa cidade.

Eu faço este pronunciamento, sr. presidente, a respeito da necessidade de ser criada a 12ª Região da Polícia Militar em Santa Catarina. É um pleito que vem sendo tratado com muito carinho por várias entidades e várias forças políticas, e eu tentarei explicar desta tribuna as razões mais importantes.

Nós sabemos que um dos pilares das campanhas políticas de muitos deputados, principalmente da minha, foi a segurança pública. Sabemos que promover segurança pública não é uma coisa simples, é um assunto complexo, que envolve muitas coisas, muitos interesses, mas, de qualquer forma, estamos aqui para ouvir a população e tentar ajudar de alguma maneira.

Então, a 12ª região militar, que envolve a Polícia Militar, abrange o 23ª batalhão de São Bento do Sul e o 14ª batalhão, sediado em Jaraguá do Sul. Isso conta, portanto, com o apoio de várias entidades.

Por que isso? Por mais autonomia e pela presença de mais efetivo policial. Nós sabemos que grande parte dos policiais que vão se aposentando não têm essa falta suprida, essa retirada do efetivo pelos que entram nos quadros da Polícia Militar. Então, essa é a realidade, vamos dizer assim, que a nossa região do vale do Itapocu está vendo e sofrendo já há algum tempo.

O número ideal de policiais para a população seria de 400 habitantes para cada policial. Para v.exas. terem uma ideia, em 2002, na Amvale, na região do vale do Itapocu, éramos em 115 mil habitantes e tínhamos 189 policiais, uma proporção de 608 habitantes para cada policial.

Hoje, a região de Jaraguá vive a pior estatística em termos de número, no estado, pois tem 1.100 habitantes para cada policial. A média do estado é de 700 habitantes por policial. Nós somos em 230 PMs para uma população de 271 mil habitantes e Jaraguá do Sul tem uma população de 150 mil habitantes para pouco mais de 150 PMs. Os policiais que ingressam, como falei, não atendem a demanda pelo número de policiais que vão para a reserva.

Temos visto, de qualquer maneira, sr. presidente, a sensibilidade, tanto do governador quanto do secretário César Grubba, em relação a este *déficit* crônico que vai tomando conta de muitos setores, de muitos locais do estado.

E certamente a repercussão maior é sobre o excesso de trabalho do contingente policial, que são submetidos a muito trabalho e isso gera uma dificuldade na produtividade. Sabemos que as pessoas, trabalhando demais, acabam não rendendo e estão muito mais sujeitas a problemas físicos e também psicológicos, o que é uma coisa extremamente comum nessa profissão que já é, por si só, uma profissão de risco.

Da mesma forma, quero aqui fazer um apelo ao secretário César Grubba para a urgente disposição, no IGP - Instituto Geral de Perícias -, lá em Jaraguá do Sul, de mais servidores de carreira, que conta apenas com nove efetivos, no momento como auxiliares criminalísticos. Inclusive, três deles aguardam o aval da secretaria de Administração para serem efetivados imediatamente. Eles já prestaram concurso, mas têm apenas que ser contratados para desafogar e dar agilidade no atendimento à população.

E há determinadas coisas para as quais a gente tem que se render, como, por exemplo, a capacidade do povo, lá de Jaraguá e região, e de muitas regiões de Santa Catarina, para o voluntariado. Quero citar o nome de duas pessoas. Primeiramente, do Álvaro Leitholdt, empresário que faz um trabalho junto à população carcerária do presídio de Jaraguá do Sul. São mais de 350 presidiários e ficamos muito felizes em saber que quase 80% deles estão trabalhando, estão recebendo seu dinheiro, estão gerando renda para as empresas de Jaraguá do Sul e reduzindo suas penas com esse trabalho que vem sendo prestado.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado, quero aparteá-lo com referência ao número de policiais e à necessidade de uma maior presença destes em cada cidade de Santa Catarina. Recebi recentemente os dados do comando da Polícia Militar de Balneário Camboriú e da região, porque existe uma disparidade muito grande entre uma região e outra. Mostra que, onde existem menos policiais, há mais crime. E onde existem mais policiais, há menos crimes.

Gostaria de dizer que, quando fui governador por um período de nove meses, uma das minhas preocupações foi a segurança em Santa Catarina. E fiz o maior concurso do Brasil na área de segurança. Foram mais de seis mil policiais entre militares e civis. E até pouco tempo atrás os

policiais que estavam sendo colocados à disposição eram em função do concurso que realizei quase cinco anos atrás. Se não tivéssemos feito aquele concurso, hoje os problemas de segurança seriam maiores, por isso quero aproveitar essa oportunidade para conclamar ao governador e a secretaria da Segurança para que façam com urgência um concurso público, e sei que irão fazer, com um volume maior de admissões. É necessário que façam isso para que se possa atender a real demanda. Os policiais precisam de um período de formação, então é preciso que o governo se sensibilize com essa necessidade.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Obrigado, deputado. Todos nós sabemos do seu grande esforço durante o mandato. E realmente o concurso representou uma melhoria nos quadros do efetivo da Polícia neste Estado.

Gostaria, também, para concluir, de agradecer também, porque não devemos apenas pensar que o poder público tem que fazer tudo. E, mais uma vez, quero agradecer a minha amiga Karin Krause, que é presidente do Conseg, que congrega os conselhos de segurança comunitários existentes em Jaraguá do Sul, porque sem eles o trabalho de segurança teria mais dificuldades porque o entrosamento entre polícia e comunidade é vital para que de certo todo e qualquer sistema de segurança pública neste país e neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar a presença do vereador Roni, presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, que veio juntamente com companheiros a trabalho pelo município.

Quero também convocar uma reunião com os membros da comissão de Agricultura e Política Rural para sua instalação: deputados Natalino

Lázare, José Milton Scheffer, Cesar Valduga, Dirceu Dresch, Gabriel Ribeiro e Mauro de Nadal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

É importante que possamos aqui falar daquilo que sentimos, até porque a TVAL tem um alcance grande no estado e os órgãos públicos acompanham os pronunciamentos feitos na Assembleia Legislativa, que é Casa do Povo. Tanto que há pouco, ligaram da assessoria da prefeitura do Balneário Camboriú nos enviando um trabalho que lá estão realizando para combater os focos do mosquito da dengue, em resposta ao que falei em aparte

Nós fizemos a nossa colocação em cima dos pronunciamentos dos deputados Patrício Destro, Dr. Vicente Caropreso e de outros parlamentares, que falaram sobre esse problema que se alastra por toda Santa Catarina e por vários lugares do nosso Brasil. Prontamente, enviaram-nos os dados e nós para mostrar que não temos nenhum problema referente ao partido "a" ou "b" que governa os municípios, anunciamos que a assessoria de imprensa daquele município nos passou que eles estão trabalhando, sim, para combater os focos do mosquito da dengue.

Mas vou dizer que percorrer a avenida Atlântica e avenida Brasil seria perda de tempo. Temos que percorrer justamente os lugares que tem as preocupações maiores, que são os bairros. Lá é que precisam de fiscais, de fiscalização. Gostaria de sugerir, através da TVAL, ao prefeito Edison Dias, e a sua assessoria, que sobrevoem o Balneário e verifiquem quantas caixas d'água existem abertas, quantas coberturas, muitas vezes, abandonadas, sem habitantes, ou piscinas, e estas possuem água e ninguém tem acesso a esses lugares. As pessoas não conseguem chegar a esse lugar. Que verifiquem e passem a fazer, quase que uma intimação aos síndicos, aos condomínios, para que eles deixem os fiscais verificar as piscinas.

Existem outros meios lá de poços de águas para que possam fiscalizar e combater o foco do mosquito da dengue. Fica aqui a minha resposta.

Quero anunciar a presença de dois vereadores do meio-oeste, de Campos Novos, terra do meu amigo Betão, dos vereadores, Piratuba Júnior, do PSD, e Ricardo Damásio, do PP. Colocamo-nos à disposição. Tenho profunda amizade e admiração por Piratuba, desde o seu velho e saudoso pai, que era um grande amigo, e como nós, uma pessoa que gostava do tradicionalismo gaúcho. Tinha por ele uma profunda admiração e por diversas vezes fui a Campos Novos a convite dele.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Há pouco ouvimos o pronunciamento do deputado Fernando Coruja e colocava com muito conhecimento, com muito profissionalismo e até com responsabilidade a questão, que nós temos que tomar providência referente, principalmente, aos órgãos públicos na questão da captação da água da chuva. Nós apresentamos dois documentos, solicitamos à assessoria de trabalho desta Casa para que nos dê alguns dados técnicos para que possamos elaborar os projetos. Já encaminhamos alguns projetos e outros serão apresentados.

Mas atendendo um pedido do deputado Fernando Coruja, que é a criação de uma comissão que desenvolva alguns trabalhos e algumas leis que venham a atender todo o estado de Santa Catarina na questão do aproveitamento da água da chuva e na economia desse precioso líquido.

Eu falava hoje com o prefeito de Blumenau, sr. Napoleão Bernardes, disse a ele que já estive no referido município conversando com algumas pessoas, e iremos sugerir para que todas as edificações públicas municipais que forem construídas tenham reservatório de água da chuva e as que não existem, que passem a fazer, dando um prazo para que as escolas, hospitais, postos de saúde, creches façam a limpeza, que é necessária, sem usar a água potável.

Temos um projeto sendo protocolado que vem ao encontro daquilo que o deputado Fernando Coruja levantou aqui, em função de sua própria

experiência e conhecimento, de que todas as edificações que sejam colocadas no plano diretor dos municípios, e que os prédios tenham caixa para a captação da água da chuva. E a minha sugestão para os moradores que atingirem um percentual de economia, por exemplo, se gastavam ali R\$ 1 mil de água por mês, e reduziram 30% do gasto naquele ano, o município daria uma isenção do IPTU para aquele condomínio do mesmo percentual da economia da água, apenas para aquele ano.

E vocês vereadores de Campos Novos e todos os demais vereadores que estão nos ouvindo, que passem a trabalhar isso em seus municípios e que sejam colocados no plano diretor, pois isso é fundamental para a economia da água de consumo e para também podermos aproveitar uma água barata, de graça, porque é água de chuva, para fazermos as limpezas de órgãos públicos, ou - principalmente na minha cidade, Balneário Camboriú, que tem muitos prédios, sem citar Florianópolis, que tem mais -, na hora em que forem lavarem as calçadas, porque geralmente costumam lavá-las com máquinas de lavar calçadas ou com mangueira acabam usando a água de consumo. Então, isso quase é uma afronta à sociedade, pois ouvimos todos os dias que está faltando água e em alguns lugares as pessoas lavando carros e calçadas.

Então, se tivermos reservatórios da água da chuva estaríamos aproveitando aquilo que está na reserva.

Também queria aqui falar sobre o que há pouco falou o deputado Dr. Vicente Caropreso, sobre a Polícia Militar de Balneário Camboriú e região, que corresponde os municípios de Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Tijucas, São João Batista, Canelinha, Nova Trento, Major Gercino, Itajaí, Balneário de Piçarras, Penha, Navegantes e Luiz Alves. Essas cidades têm uma população de 601.896 habitantes e nós apenas temos para todas essas cidades 746 policiais. Um policial a cada quase mil pessoas e isso que precisaria de um revezamento muito forte, ficaria muito menos. E eu farei um pronunciamento logo sobre isso para dizer que quando fomos

governador do estado, naquele período de nove meses, tivemos a preocupação com a segurança do estado e realizamos um concurso de mais de três mil policiais.

Gostaria de dizer que a segurança não pode ser apenas falada. Ela tem que ser revisada.

À época trouxe para Santa Catarina, de New York, Rudolph W. Giuliani, prefeito daquela cidade, que tem a fama da criminalidade zero. E ele esteve aqui em Santa Catarina para palestrar para todos os policiais catarinenses e do Brasil inteiro.

Nós tivemos esta preocupação e realizamos alguns projetos inovadores, fundamentais, que deram certo. E se alguma coisa está acontecendo de positivo é em função daquilo que plantamos no passado. Voltarei ainda a esta tribuna para falar mais sobre esse assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Mario Marcondes) - Deputado, eu gostaria de dizer que parece-me que v.exa. está lendo os meus pensamentos, quanto à coleta da água de chuva. Nós também temos um projeto muito parecido, quase idêntico. Eu gostaria de conversar com v.exa. para trabalharmos de forma conjunta, porque este tipo de procedimento, como bem falou o deputado Dr. Vicente Caropreso, começamos o exemplo de casa. Foi muito bom o seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, como integrante deste Parlamento e também para fazer justiça ao Regimento Interno desta Casa, como a deputada com o maior número de mandatos, estamos, neste momento, convocando os integrantes da comissão de Saúde para que possamos fazer nossa reunião e escolhermos os nossos presidentes e vice-presidentes. Para isso eu convido os deputados Cleiton Salvaro, Cesar

Valduga, Dr. Vicente Caropreso, José Milton Scheffer, Fernando Coruja, Dalmo Claro para que possamos nos reunir aqui no plenário e fazermos os encaminhamentos deliberados conforme rege o Regimento da Casa em seu art. 123, § 1º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Pedido deferido. Deputados nomeados pela deputada Ana Paula Lima, que se fazem presentes no plenário, compareçam à reunião de instalação da comissão.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Da mesma forma, sr. presidente, estamos compondo a comissão de Legislação Participativa. Os membros que fazem parte e que estão inscritos nesta composição que possam se fazer presentes para elegermos o presidente, o vice e os demais membros da referida comissão.

Muito obrigado, sr. presidente.

Não há oradores inscritos.

(Pausa)

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

